

Da perda da Independência em 1580, à Guerra da Restauração, em Campo Maior

RUI ROSADO VIEIRA
vieirarmr@gmail.com

RESUMO

O texto que segue pretende dar notícia de uma época conflituosa (1580 e 1640-1668) entre dois reinos peninsulares de consequências extremamente graves para as populações da raia, em particular para as residentes na região de Badajoz, Olivença e Campo Maior.

PALAVRAS-CHAVES: Guerra da Restauração, Populações da Raia, Badajoz, Elvas, Olivença e Campo Maior.

RESUMEN

El texto que sigue pretende dar a conocer una época conflictiva (1580 y 1640 -1668) entre dos Reinos peninsulares de consecuencias extremadamente graves para las poblaciones de la Raya , en particular para los residentes en la región de Badajoz, Elvas, Olivenza y Campomayor.

PALABRAS CLAVES: Guerra de la Restauración, Poblaciones de la Raya, Badajoz, Elvas, Olivenza y Campomayor.

NOTA INTRODUTÓRIA

Os acontecimentos em título registam duas situações críticas do nosso passado coletivo: a perda da autonomia de Portugal e a recuperação, sessenta anos depois, do estatuto de nação livre e independente.

Provavelmente, pelo elevado significado que a generalidade dos portugueses lhe atribui, não obstante o débil conhecimento da nossa História por parte da maioria da nossa população, os referidos dois momentos encontram-se entre aqueles cujo conteúdo é, nos seus traços essenciais, do domínio de maior número de portugueses.

Contudo, o que habitualmente os compêndios escolares e a generalidade da nossa historiografia divulga, neste como em muitos outros casos, são os factos que consideram mais significativos ocorridos em Lisboa ou nas duas ou três cidades mais importantes do país.

Como se, no decurso da nossa História, tenha sido indiferente o comportamento dos homens e mulheres residentes fora dos principais centros urbanos de Portugal.

Exemplos de sentimentos divergentes e de atuações de sentido oposto, encontramos-los na vila fronteiriça de Campo Maior, quer da parte de certas individualidades locais perante os objetivos do rei Filipe II de Castela, em 1580, quer dos notáveis e do povo campomaiorense nos primeiros momentos da rebelião, em Dezembro de 1640, contra ao domínio castelhano em Portugal.

A) A PERDA DA INDEPENDÊNCIA EM 1580

1. Situada a menos de uma dúzia de quilómetros da linha da raia e a cerca de dúzia e meia de Badajoz, Campo Maior tinha em meados do Séc. XIV pouco mais de 1.200 habitantes.

O seu casario encontrava-se circunscrito, perto do ano de 1450, ao interior do acanhado recinto da primitiva muralha medieval.

Próximo do ano de 1580 residiam em Campo Maior mais de 4.500 indivíduos, estendendo-se a sua malha urbana por uma área cerca de dez vezes maior que a registada um século antes.

A vila beneficiara, assim, no decurso de grande parte da centúria de Quinhentos, do maior crescimento populacional e urbano de toda a sua já então multissecular existência.

Ao longo do séc. XVI nela fixaram residência gentes provenientes das várias regiões de Portugal e dos núcleos populacionais da vizinha Extremadura espanhola. Migrações que não se devem confundir com as conhecidas deslocações temporárias de trabalhadores para as atividades agrícolas sazonais no Alentejo, que se efetuaram até meados do séc. XX.

Saliente-se que, apesar da maior parte dessa emigração ser proveniente de diversas povoações do norte do distrito de Portalegre, um número assaz significativo dos novos moradores em Campo Maior eram originários de lugares situados a norte do Tejo, com particular incidência de naturais dos atuais distritos de Coimbra, Guarda e Viseu.

Entre os novos residentes contavam-se, naquele tempo, gente oriunda de outros continentes –os escravos africanos e asiáticos trazidos para Lisboa e, posteriormente, vendidos a nobres, a religiosos e a proprietários abastados residentes na vila.

A par destes emigrantes forçados também um número considerável de judeus e mouriscos, expulsos da vizinha Castela, se instalou em Campo Maior, na segunda metade do séc. XVI.

Os primeiros eram tantos que deram nome a duas artérias da vila – as ruas da Mouraria de Baixo e da Mouraria de Cima.

A comunidade judaica residente na vila desde épocas recuadas, convertida forçadamente ao cristianismo em finais do séc. XV, era numerosa no séc. XVI, como o comprova o elevado número de cristãos-novos presos pela Inquisição no decurso da segunda metade de Quinhentos.

Em resultado desse acentuado crescimento populacional, vários dos seus edifícios públicos e religiosos –Casas da Câmara e das Audiências, Cadeia, Hospital, Conventos e Igrejas –por se encontrarem degradados ou serem exíguos face à crescente população, foram substituídos por outros mais amplos e modernos, na centúria de Quinhentos e as primeiras décadas de Seiscentos.

2. Em 1578, o rei D. Sebastião morreu em Alcácer-Quibir, sem deixar descendente direto que assegurasse a continuidade dinástica. A solução provisória encontrada na pessoa de seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, adiou por alguns meses a crise política, que acabou por deflagrar com a morte deste, em finais de Janeiro de 1580, e acentuar-se com a posterior ausência de sucessor ao trono que reunisse apoio consensual da sociedade portuguesa.

Face às candidaturas em disputa, os diferentes grupos sociais reuniram-se à volta dos dois candidatos melhor posicionados, Filipe II, rei de Castela, e D. António Prior do Crato, ambos netos do rei de Portugal, D. Manuel I.

A nobreza e o alto clero, interessados na manutenção dos seus privilégios, e os grandes mercadores na expectativa de alargar os seus negócios ao vasto império castelhano, apoiaram Filipe II. O povo miúdo, os pescadores, os camponeses e os artesãos, receando que aliança dos grupos privilegiados portugueses com o rei de Castela conduzisse ao agravamento das suas condições de vida, colocaram-se ao lado do Prior do Crato.

Depois de alguns meses de proficiente esforço dos embaixadores de Filipe II, que com dinheiro e outras vantagens materiais compravam a aquietação dos ainda hesitantes membros mais influentes da sociedade portuguesa, tornou-se claro que o rei de Castela se encontrava em vantagem. Dispondo de elevados recursos financeiros e de um poderoso exército, Filipe II não encontrou grande dificuldade em invadir o nosso país e derrotar as tropas do Prior do Crato, em Alcântara, em Agosto de 1580, e fazer-se aclamar rei de Portugal, em Tomar, em Abril de 1581.

3. São conhecidos exemplos de atuação pouco dignificante de certos portugueses pertencentes aos principais grupos sociais da época, perante as propostas de concessão de benesses oferecidas pelos representantes de Filipe II, a troco de apoio às suas pretensões ao trono de Portugal¹.

Logo em Abril de 1580, o corregedor de Badajoz, Pedro de Velasco, passou a aliciar certos nobres influentes de Elvas, em particular os irmãos Passanhas, membros de uma destacada família desta cidade. O objetivo era garantir a entrega não só de Elvas, como de Olivença e Campo Maior, uma vez que as autoridades de Madrid consideravam relevante para a sua estratégia, pelo precedente criado, que aquelas terras da fronteira se rendessem sem luta.

Entretanto o exército castelhano, que em meados de Fevereiro daquele ano iniciara a sua concentração em Badajoz, encontrava-se, em finais de Maio, pronto para entrar em Portugal por aquela parte da fronteira.

¹ Ver obras de QUEIROZ VELOSO, José Maria: *A Perda da Independência, Volume I, O Reinado do Cardeal D: Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946; e *o Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D. António*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, MCMLIII.

Quase simultaneamente, Filipe II e a sua corte partiram de Madrid rumo a Badajoz, em cuja cidade se instalaram em 21 de Maio do dito ano, com intenção de invadir o território português logo que as circunstâncias o aconselhassem.

Foi a partir desta cidade espanhola, transformada em sede temporária do poder absoluto que, durante vários meses, Filipe II passou a dirigir os destinos do vasto império castelhano espalhado pelos diferentes cantos do mundo, bem como todas as atividades necessárias à conquista do trono de Portugal.

Assim, em meados de Junho de 1580, na sequência dos contactos entre o representante do rei de Castela, Pedro Velasco, e certos notáveis elvenses, o apoio das principais personalidades da cidade a Filipe II, incluindo as condições do acordo e a data de entrega da cidade e da fortaleza, estava concretizado.

Parece, porém, que os responsáveis locais pela submissão a Castela não se sentiam seguros do sucesso dos atos programados. A sugerir a existência de opositores ao negociado, os dignatários elvenses que participaram nas conversações, solicitaram a Filipe II a presença, em Elvas, de um corpo do exército castelhano, na manhã do dia da cerimónia de entrega da cidade e das fortificações.

Em cumprimento do estabelecido, em 18 de Junho, num sábado, sob a vigilância de cerca de 2.500 homens do exército de Filipe II colocados junto às portas de Elvas, o já citado Pedro Velasco recebia das mãos das autoridades elvenses, em nome do rei de Castela, a posse da cidade e da fortaleza.

Para que não restassem quaisquer dúvidas quanto à submissão dos responsáveis pela governação municipal, no dia seguinte o alcaide-mor António de Melo e todos os vereadores elvenses, em sinal de vassalagem, deslocaram-se a Badajoz, para entregar as chaves da cidade a Filipe II de Castela.

No dia 20 de Junho, segunda-feira, foi a vez de Olivença, onde o referido Pedro de Velasco, em representação do rei de Castela, e os governantes civis e militares daquela vila protagonizaram ritual de idêntico significado e objetivo ao realizado em Elvas.

A entrega de Campo Maior foi marcada para dia 19, domingo. A sugerir certas particularidades na situação, o delegado do rei de Castela enviado a esta vila já não foi Pedro de Velasco, que estivera presente na entrega de Elvas e de Olivença e que participara no decurso dos últimos dois meses nas negociações para a rendição pacífica daquelas três terras fronteiriças, mas antes um Jerónimo de Mendonça, “fidalgo da corte de Madrid”.

No cumprimento do que fora estabelecido, no mencionado domingo, em Campo Maior, após o dito Jerónimo de Mendonça exibir a procuração em que Filipe II de Castela lhe delegava poderes de representação, teve lugar a cerimónia de vassalagem das autoridades civis, realizada nas Casas da Câmara, naquele tempo edificadas na chamada Praça Velha, encostadas à cerca medieval. Ali o “juiz, vereadores e procurador (...), assim os nobres da governança como o mais povo, todos à uma (...) disseram” que aceitavam Filipe II de Castela “por seu rei e senhor natural (...) dos reinos de Portugal”.

De seguida, o citado Jerónimo de Mendonça, dirigiu-se ao castelo da vila, de que era alcaide e capitão-mor Afonso de Monroyo, com o objetivo de receber as chaves da fortaleza e de aceitar obediência da guarnição militar. Lidas as credenciais apresentadas pelo fidalgo castelhano e concretizadas as formalidades usuais, o alcaide-mor do castelo recusou submeter-se às ordens de Filipe II, argumentando que só o faria depois de para tal se encontrar autorizado pelos governadores do reino sediados em Lisboa, ou em alternativa pelo fronteiro-mor do Alentejo.

Em resultado do seu ato de insubmissão, o alcaide-mor do castelo de Campo Maior, Afonso de Monroyo, que ao contrário de outros notáveis não se deixara vencer pela corrupção que então percorria Portugal, foi preso e entregue pelos vereadores campomaiorenses, tudo gente da fidalguia local, a Jerónimo de Mendonça, frente a quem repetiram juramento de fidelidade ao rei de Castela, e a cujo representante confiaram as chaves da fortaleza.

Após Filipe II de Castela ser aclamado rei de Portugal, Afonso de Monroyo foi punido com a perda do cargo que exercia e nomeado capitão-mor de uma armada real enviada às ilhas. Para a pouca severidade do castigo terá sido determinante a influência que Diogo Lopes de Siqueira, “General das Galés”, e seu parente, gozava junto de Filipe II de Castel².

Certas notícias revelam que o alcaide-mor do castelo de Campo Maior não se encontrava isolado no seu posicionamento face à difícil situação que então se vivia.

Sabe-se que existia, por aquele tempo, gente em Campo Maior que apoiava D. António Prior do Crato na sua pretensão de se tornar rei de Portugal, em

² AZEVEDO, Estevão da Gama de Moura e Azevedo: *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila de Campo Maior (...)*, pp. 72-73

particular certos indivíduos acusados de praticar o judaísmo, que nos depoimentos face aos inquisidores do Santo Ofício declaram que nas suas orações pediam a Deus que favorecesse o citado D. António na guerra que então travava contra Filipe II Castela, pela conquista do trono de Portugal.

Partidário do Prior do Crato terá sido, em Campo Maior, Pedro Palha, individuo com avultados bens de fortuna que, por tal, foi condenado a perda de todos os seus bens e morte por decapitação, em 1581.

Simple coincidência ou não, sabe-se que a partir de Janeiro de 1582, se iniciou em Campo Maior, que então pertencia à diocese de Elvas, uma violenta perseguição sobre parte considerável da sua população, sob a acusação de ser seguidora da religião judaica. Perseguição que só abrandou em 1593, e que ocorreu durante o bispado de D. António Mendes de Carvalho, prelado que dirigiu a diocese elvense, desde o ano 1571 até ao seu falecimento em 1591, e que se destacara por ser um dos mais fervorosos apoiantes de Filipe II na sua pretensão de se tornar rei de Portugal³.

A testemunhar tal violência há registo de, durante os treze anos que mediarão entre 1582 e 1593, terem sido levados de suas casas em Campo Maior e introduzidos nos cárceres da Inquisição em Évora, 290 dos seus habitantes⁴.

B) OS ÚLTIMOS ANOS DA GOVERNAÇÃO FILIPINA

1. Campo Maior que, desde o Tratado de Alcanizes, em 1297, deixara de pertencer a Leão e Castela e se integrara no reino de Portugal vai crescer, ainda que em ritmo desigual, em população e em área urbana, até meados do séc. XVII, como o comprovam o aumento do espaço ocupado pelo seu casario, o número dos seus habitantes e a construção de novos edifícios de uso comunitário.

Em 1584, o rei Filipe I de Portugal, autorizou a utilização de certas receitas auferidas pelo concelho, para com elas se edificar a nova Igreja Matriz, dado que a antiga, existente no interior do burgo medieval, se mostrava pequena para receber os crentes.

³ NOVAIS, António Gonçalves de: *Relação do Bispado de Elvas (...)*, fls. 8-10.

⁴ Biblioteca Nacional de Lisboa: *Relação das Pessoas que foram presas nesta vila de Campo Maior (...) desde o ano 1582 até o de 1593 (...)*, pp. 135-137.

A construção do templo foi, contudo, muito demorada. Iniciada em 1610, devido aos elevados custos, só se acabou de edificar no ano de 1645.

A Santa Casa da Misericórdia, instituída na primeira década de Quinhentos, esteve desprovida de hospital próprio durante vários decénios. Porém, em 1598, por doação de alguns moradores, foram reunidos os fundos necessários à construção do Hospital da Misericórdia.

A vila, onde já existia um mosteiro de frades franciscanos desde finais do séc. XV, passou a ter outro de freiras, provavelmente clarissas, a partir de 1619.

Em resultado do crescimento populacional e em especial da malha urbana no sentido norte, como demonstram certos desenhos panorâmicos de inícios de Quinhentos, o centro geográfico e cívico afasta-se do núcleo primitivo junto do castelo, para se fixar no eixo “cantos de baixo” - “cantos de cima” e nas artérias situadas nas suas imediações.

Sinais de continuidade de dinamismo durante a governação filipina, registam-se também no espaço rural vizinho a Campo Maior. Exemplo disso encontramos-lo na elevação do lugar de Degolados a freguesia, na passagem do séc. XVI ao XVII.

Situada no seguimento dos caminhos que ligavam Lisboa e Setúbal a Valladolid, Madrid e Sevilha, a vila, que já era lugar de estacionamento para viajantes e mercadores passa, durante os reinados dos Filipes, devido aos ainda mais frequentes contactos entre Madrid e Lisboa, a ser visitada por comitivas régias.

Em 1583, a imperatriz D. Maria, irmã de Filipe II de Castela, I de Portugal, e respetivo cortejo de acompanhantes, esteve em Campo Maior, quando da sua viagem de Castela para Lisboa.

O itinerário por Campo Maior foi também escolhido por Filipe II de Portugal, que vindo de Lisboa passou pela vila, acompanhado da rainha e da corte, a caminho de Madrid, em finais de Outubro de 1619.

A testemunhar o prosseguimento do seu crescimento, a vila, que em 1574 possuía cerca de 4.500 indivíduos, acolhia, no ano de 1635, perto de 5.400⁵.

⁵ Para uma informação mais detalhada sobre a época, ver: *Rosado Vieira, Rui: Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço (...)*.

2. Certas decisões relativas ao governo de Portugal tomadas durante o reinado de Filipe II de Portugal (1598-1621), que sucedeu a seu pai Filipe I, em especial as que tendiam a cercear ainda mais a autonomia política e obrigavam a população ao pagamento de mais impostos, provocaram o desagrado de elevado número de portugueses.

A partir da terceira década de Seiscentos, no decurso do reinado de Filipe III de Portugal (1621-1640), a situação económica e política nos territórios dirigidos a partir de Madrid, entrou em declínio acentuado.

Para tal contribuíram as avultadas despesas necessárias à manutenção de um numeroso exército capaz de responder às frequentes rebeliões que eclodiam no vasto império castelhano, tão extenso que, dizia-se, o sol nunca se punha.

Na tentativa de equilibrar as finanças do Estado, os governantes filipinos recorreram ao aumento de impostos e decretaram medidas cada vez mais impopulares que conduziram a protestos, em alguns casos de carácter violento, que se estenderam a diversas áreas do território português, em especial ao Alentejo e Algarve, entre Agosto e Dezembro de 1637.

A contestação não terá atingido as povoações do bispado de Elvas, devido à ação das autoridades civis e religiosas, que terão conseguido controlar a insatisfação popular e impedido o levantamento eminente das suas gentes, como testemunham certas cartas de Filipe III de Portugal e da Duquesa de Mântua enviadas durante o outono de 1637, às autoridades de Campo Maior e Elvas, respetivamente.

A instabilidade social registada em vários pontos do império castelhano, acompanhado da diminuição das remessas de metais preciosos das suas colónias americanas, obrigou os governantes de Madrid a tomar decisões que feriam não só os interesses económicos das classes populares, como os da nobreza portuguesa, grupo social que desde início havia constituído o principal apoio dos governos dos reis castelhanos em Portugal.

Fruto das dificuldades sentidas, um grupo de fidalgos portugueses passou, a partir de 1638, a conspirar contra o poder filipino, com o objetivo de separar Portugal de Castela e reconquistar a independência perdida em 1580.

Para tal fim procuraram convencer D. João, Duque de Bragança, a encabeçar a revolta, empresa que este não manifestava grande interesse em aceitar.

Entretanto, que como forma de reduzir as possibilidades de êxito de uma eventual sublevação no nosso país, à semelhança do que acontecia com parte considerável dos fidalgos portugueses, Filipe III de Portugal, decidiu no Verão de 1640, mandar chamar a Castela, o mencionado Duque de Bragança, a pretexto de o acompanhar à guerra da Catalunha.

Com tal decisão, Filipe III procurava afastá-lo do convívio com os portugueses, uma vez que em caso de rebelião, D. João seria por direito hereditário o futuro rei de Portugal. Ordem que o Duque de Bragança, então residente no seu palácio em Vila Viçosa, resolveu não acatar.

Encontravam-se, assim, reunidas as condições para a revolução se por em movimento.

C) AGUERRA DA RESTAURAÇÃO

1. São conhecidas as movimentações registada em Lisboa às primeiras horas da manhã do dia 1 de Dezembro de 1640, protagonizados por um reduzido número de fidalgos portugueses, contra os governantes filipinos.

Ao rebelarem-se contra o rei castelhano, prendendo a Duquesa de Mântua, vice-rainha, e eliminando fisicamente Miguel de Vasconcelos, seu secretário de Estado, e aclamar D. João Duque de Bragança como rei de Portugal, davam-se os primeiros passos do confronto que havia de conduzir ao surgimento de uma prolongada guerra entre os dois estados peninsulares. Conflito de elevados custos em vidas humanas e pesados prejuízos materiais para as populações de ambos os lados da fronteira, que só terminaria cerca de vinte e oito anos depois com assinatura da paz e o reconhecimento da independência de Portugal.

O elvense Aires Varela, cónego da Sé de Elvas, autor de três obras sobre os primeiros três anos da Guerra da Restauração na região alentejana fronteira a Badajoz, coevo dos acontecimentos que relata, informa-nos que logo no dia “1º. de Dezembro se levantou nesta cidade (em Elvas) fama que o sereníssimo senhor D. João, então duque de Bragança era nosso rei (...) e em 4 (do mesmo mês) chegou carta de Sua Majestade escrita em Vila Viçosa”⁶, datada de 2

⁶ VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Oguela, O Primeiro anno da Recuperação de Portugal (...)*, pp. 3-4.

de Dezembro e dirigida à Câmara de Elvas, comunicando os sucessos da capital⁷.

A notícia sobre os tumultos de Lisboa propagou-se rapidamente às vilas vizinhas de Elvas, nomeadamente a Olivença e a Campo Maior. A esta última chegou tão célere que apanhou os principais fidalgos da terra ausentes da vila, ocupados no exercício da caça nos campos do termo campomaiorense.

Aconteceu, segundo testemunho deixado por um dos referidos fidalgos, que em um dos três primeiros dias de Dezembro daquele ano, um grupo dos mais importantes nobres da terra, ao regressar às suas moradias em Campo Maior, vindos de uma caçada numa das muitas herdades que possuíam no termo campomaiorense, foi surpreendido, já nas proximidades da vila, com grande vozearia proveniente do interior da povoação.

Desejando conhecer antecipadamente os motivos de tão surpreendente agitação, esperaram, por prudência, nos arrabaldes o regresso de um jovem da sua comitiva que de imediato mandaram à vila, com o objetivo de recolher informações que lhes permitisse decidir de acordo com as suas conveniências.

Souberam pouco depois, através do seu emissário, que o povo se encontrava nas ruas alvoraçado, empunhando “chussos, partazanas e outras armas” e aclamando D. João duque de Bragança, rei de Portugal.

Face ao inesperado da situação decidiram conferenciar entre si. Em resultado das conclusões a que chegaram “assentaram não lhe convinha entrarem no Povo, quase amotinado, por um negócio de tantas consequências, como desobedecer a um rei armado como Filipe e seguir ao Duque de Bragança, desarmado e posto em Vila Viçosa como D. João”.

Além disso, os mais idosos de entre eles, diziam recordar-se do que sucedera ao alcaide-mor do castelo de Campo Maior, Afonso de Monroyo, em 1580, que por se recusar a entregar a fortaleza ao representante de Filipe II de Castela, fora destituído do cargo e preso. Por tal, “determinaram não entrar na

⁷ D' ALMADA, Victorino: *Anniversários (...) da cidade de Elvas (...)*, p. 71.

vila e retirarem-se para as suas casas de campo que todos tinham com muita grandeza, até ver o semblante que tomava aquela grande resolução”⁸.

Apresenta-se, assim, legítimo inferir que os fidalgos campomaiorenses, não só se encontravam à margem da conspiração com sede na vizinha Vila Viçosa, como postos ao corrente dos acontecimentos ocorridos em Lisboa e do apoio que a insurreição recebera por parte do povo de outras terras do país e da generalidade dos moradores de Campo Maior, preferiram manter-se afastados do movimento patriótico que percorria o país, aguardando comodamente nas suas moradias campestres o desenrolar da rebelião contra o poder castelhano em Portugal.

2. Os tempos que se seguiram vão ser de guerra, cujo cenário principal das operações se irá situar na parte oriental do Alentejo e de forma quase quotidiana, durante os vinte e oito anos de conflito, nas terras alentejanas vizinhas de Badajoz.

Aconteceu que, as autoridades de Madrid, antevendo o surgimento de sublevações em Portugal contra o seu governo, resolveram, ainda no ano de 1637, organizar um exército que, sediado em território castelhano, permitisse uma intervenção rápida no nosso país. Com tal finalidade elegeram a cidade fronteiriça de Badajoz. Ao assim decidir selecionavam, igualmente, o espaço geográfico onde na eventualidade de eclosão de conflito se concentraria o grosso das operações contra Portugal.

Entretanto, D. João, Duque de Bragança, aclamado rei pela generalidade das gentes das principais cidades e vilas portuguesas, face à esperada reação de Castela, tomou a decisão de organizar a defesa do reino. Para tal elegeu Elvas como sede das operações militares contra Castela, mandou reerguer, com urgência, fortificações em ruína e recrutar homens que defendessem as povoações portuguesas localizadas nas cercanias de Badajoz.

A vila de Campo Maior, cuja distância desde Badajoz podia ser percorrida por um cavalo em perto de duas horas, numa fronteira isenta de barreiras físicas, encontrava-se quase privada de muralhas e com a fortaleza arruinada em diversos pontos do seu circuito.

⁸ Biblioteca Municipal de Campo Maior (...), *Livro I de todas as famílias de Elvas (...)*, fls. 326^vº-332.

Grande parte da sua população residia, naquele tempo, fora da antiga cerca medieval, na chamada “vila nova”, composta de dezenas de artérias, em área desprovida de qualquer edificação defensiva e à mercê das incursões das tropas castelhanas.

Por tais motivos, um dos primeiros cuidados dos seus moradores consistiu em preparar a resistência aos previsíveis ataques inimigos. Assim, como medida de emergência, abriram trincheiras à entrada das ruas e escolheram entre si os elementos mais capazes para vigiar e defender a povoação.

O início das hostilidades entre Portugal e Castela terá ocorrido na manhã do dia 9 de Junho de 1641, quando militares da guarnição de Elvas, ao efetuarem a ronda habitual junto ao rio Guadiana, nos limites entre os termos de Elvas e Badajoz, surpreenderam tropas castelhanas circulando em território de Portugal. Do recontro terão resultado os primeiros mortos e prisioneiros do exército português⁹.

Nos seus primeiros ataques planeados, os estrategas do exército castelhano, conhecedores da quase inexistência de edificações defensivas em Campo Maior e Olivença, vão eleger estas duas vilas como alvo preferencial das incursões em Portugal.

No Verão de 1641, tropas castelhanas aproximaram-se perigosamente de Campo Maior, devastaram os campos de trigo do seu termo, destruindo “mais de metade dos seus frutos”¹⁰.

Contudo, as primeiras vítimas mortais campomaiorenses vão ter lugar em Novembro daquele ano, no decurso de um recontro com os castelhanos, ocorrido junto às trincheiras cavadas à entrada das ruas da vila, em consequência do qual morreram dezena e meia dos seus habitantes¹¹.

⁹ VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras (...) O Primeiro anno da Recuperação (...)*, pp. 12-13.

¹⁰ *Ibidem*, p. 35.

¹¹ *Ibidem*, p.76; e Biblioteca Municipal de Elvas: *Livros Paroquiais de Campo Maior, Freguesia Matriz, Óbitos, Maço 204*, Livro Misto, fls.14vº.-15.

Um dos principais objetivos dos responsáveis militares portugueses, em relação a Campo Maior, consistia na edificação de uma cintura de muralhas, abaluartadas, ao estilo de Vauban, que encerrassem o conjunto do seu casario, tarefa que devido aos cerca de quatro quilómetros do seu perímetro irá demorar a concretizar.

Cerca de seis anos depois da aclamação de D. João IV, em Setembro de 1646, ainda se discutia, de entre os projetos apresentados pelos engenheiros Cosmander e Langres, ambos estrangeiros, qual o escolhido para fortificar a vila¹².

Em 1651, devido a falta de dinheiro, as obras da nova cerca prosseguiram muito lentamente¹³.

Só no ano 1660, vinte anos depois de iniciada a guerra, a edificação da muralha que circundaria a vila, ainda que imperfeita e de materiais pouco consistentes, se encontrava terminada¹⁴.

Por exigências da estratégia militar, o traçado da muralha obrigou a sacrificar várias artérias, um bairro situado nos arrabaldes, bem como certos edifícios, nomeadamente as instalações destinadas ao fabrico de telhas, um lagar de azeite e o antigo Convento de Santo de António.

3. O conjunto das forças militares encarregadas da defesa das Praças de Guerra da fronteira do Alentejo, era formada pelas chamadas companhias de ordenanças, constituídas por gente natural da terra, que só auferiam salário quando em serviço efetivo, sendo o grosso das tropas compostas por homens do exército regular, que integrava unidades de infantaria, cavalaria e artilharia¹⁵.

Parte considerável dos elementos incorporados nas forças regulares eram estrangeiros, mercenários contratados em diversos países europeus para combater ao lado do exército português, prática também seguida pelas autoridades de Madrid na constituição do seu exército.

¹² *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João IV (...)*, Volume I, pp. 113-114.

¹³ *Ibidem, a el-rei D. João IV e a el-rei D. Afonso VI (...)*, Volume II, (...) pp. 206-207.

¹⁴ *Ibidem, a el-rei D. Afonso VI (...)*, Volume III, (...), pp. 96-97.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 154-155.

Logo nos primeiros anos de guerra foram integrados no exército português grande número de franceses, holandeses, napolitanos e genoveses, alguns dos quais chegaram a exercer funções de comando no topo da hierarquia militar. Só no ano de 1646 terão entrado em Portugal, com o objetivo de engrossar o seu exército, depois de atravessarem o reino vizinho disfarçados de religiosos, cerca de 6.000 franceses¹⁶.

Em finais de 1642, entre as forças de cavalaria aquarteladas em Elvas, contavam-se 321 franceses e 239 holandeses, e nas de infantaria 209 homens de diferentes nacionalidades¹⁷.

Em Campo Maior, as unidades de cavalaria foram, desde o início do conflito, formadas por mercenários holandeses. Porém, as dificuldades financeiras do Estado português obrigavam, com alguma frequência, a atrasos no pagamento das respetivas soldadas. Por tal motivo os militares holandeses recusavam-se a combater ou abandonavam as guarnições, indo oferecer os seus serviços ao exército castelhano sediado em Badajoz. Para obstar tal prática as autoridades portuguesas decidiram, em 1645, transferir o quartel da tropa holandesa do Alentejo, que até então fora em Campo Maior, para Estremoz, donde seria menos fácil chegar a Badajoz¹⁸.

A infantaria encarregada da defesa de Campo Maior somava, no ano de 1646, 1.200 homens, dos quais 300 eram elementos das companhias de ordenanças, 400 eram soldados recém-incorporados no exército regular, e 500 tinham sido escolhidos entre os militares com experiência de guerra¹⁹.

As deserções de estrangeiros do exército castelhano para o português também eram frequentes. Para as incentivar recorria-se à edição de panfletos

¹⁶ RODRIGUES SANCHES, Angel: *Guerra, Miséria y Corrupción en Extremadura, 1640-1668*, Estúdios dedicados a Carlos Calle o Serrano, Cáceres (Espanha), 1979, pp. 611 e 623, nota 42.

¹⁷ VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras (...), O Terceiro anno da Recuperação (...)*, p. 9.

¹⁸ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João IV e a el-rei D. Afonso VI*, Volume II, p. 14. *O Conde da Ericeira, História do Portugal Restaurado (...)*, I Volume (...), p. 364; e *Ibidem*, II Volume, p. 113.

¹⁹ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João IV e a el-rei D. Afonso VI*, Volume II (...), p. 115.

redigidos na língua dos soldados que se pretendia aliciar, que se espalhavam de noite junto às muralhas de Badajoz, prometendo-lhe bom acolhimento caso se entregassem às autoridades portuguesas²⁰.

Mas não eram só os estrangeiros que procuravam furtar-se à vida dura e aos riscos da guerra na fronteira do Alentejo. Também portugueses dos diferentes extratos sociais, recorrendo aos mais variados pretextos, abandonavam as unidades das praças militares da raia em que estavam integrados²¹.

De entre os melhores soldados encontravam-se, segundo opinião dos governadores militares do Alentejo, os naturais das próprias povoações em que prestavam serviço, como afirmavam, acontecia com os de Campo Maior. Porque “como perderam suas fazendas os mais deles se fizeram soldados, e por serem práticos e saberem muito bem como ham-de defender aquela parte toda”, convinha mantê-los em funções na terra de sua naturalidade²².

4. O confronto bélico, de efeitos particularmente funestos para as povoações civis residentes em ambos os lados da raia, vai assumir feições mais parecidas com uma luta de guerrilha do que com uma guerra tradicional.

As clássicas batalhas em campo aberto, com elevado número de soldados de ambos os lados, que também ocorreram e por sinal as principais, igualmente no Alentejo -Linhas de Elvas, Ameixial, Montes Claros- não constituíram o aspeto mais característico, nem mais trágico do conflito.

Cinco meses depois de iniciada a guerra, em Novembro de 1641 -o primeiro confronto acontecerá em 9 de Junho daquele ano- ainda antes das batalhas atrás mencionadas, entre mortos e prisioneiros, os castelhanos já haviam sofrido cerca de duas mil baixas, provocadas por emboscadas e curtas irrupções na zona fronteiriça do Alentejo²³.

²⁰ VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras (...), O Terceiro anno da Recuperação (...)*, pp. 34-35.

²¹ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João IV*, Volume I, pp. 74, 185, 232, e 316.

²² *Ibidem*, p. 225.

²³ VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras (...), O Primeiro anno da Recuperação (...)*, p. 27.

Os ataques de surpresa a gente que no campo procurava exercer as fainas habituais, a conseqüente destruição de culturas e a falta de segurança para apascentar animais ou cultivar os campos e o roubo de milhares de diversas espécies de cabeças de gado, conduziu à ausência de produção de carne e de lacticínios e de toda a variedade de frutos e produtos hortícolas necessários à alimentação das populações.

A guerrilha com toda a sua panóplia de estratégias, a espionagem, as traições, a guerra psicológica, a elevada presença de mercenários estrangeiros, as rápidas incursões nas povoações desprovidas de muralhas com o objetivo de saquear residências e aprisionar moradores, as emboscadas a almocreves e a grupos militares que transportavam, respetivamente, provisões e correio, constituíram os grandes flagelos.

A tornar a vida ainda mais difícil, acrescentava-se o encarecimento dos produtos de primeira necessidade, a fome e outros tipos de carências. Os frequentes atrasos no pagamento dos soldos aos militares eram também motivo de grande conflitualidade e miséria, que atingiam não só a população civil como os soldados aquartelados nas terras da raia.

Foi este tipo de atividades guerrilheiras, quase quotidianas, desenvolvidas por ambos os contendores, durante os vinte e oito anos de hostilidades que gerou enormes danos em vidas e bens às gentes das terras fronteiriças.

A paralisia económica imposta à região, a prolongada insegurança sentida pelas populações, parte das quais abandonou as suas casas para se refugiar em povoações afastadas da zona da raia, na tentativa de refazer suas vidas, foi causa de uma das maiores tragédias da história dos povos da fronteira alentejana-estremenha²⁴.

O transporte de abastecimentos e a comunicação de notícias e informações de diversa natureza, entre as praças de guerra da raia do Alentejo e destas com Lisboa, eram não só fundamentais para defesa e manutenção de civis e militares estabelecidos na região fronteiriça, como para o êxito das próprias ações de guerra.

²⁴ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João IV*, Volume I, (...), p.185; e *Ibidem a el-rei D. João IV e a el-rei D. Afonso VI*, Volume II, (...), pp. 307 e 342.

O fornecimento das provisões para o exército português, resultava do estabelecimento de contractos negociados entre as autoridades militares e certos “assentistas”, espécie de mercadores que a troco de quantias avultadas se encarregavam de adquirir as denominadas “munições de boca”, necessárias à alimentação da tropa. O seu transporte, desde os armazéns dos “assentistas” até aos diferentes quartéis da fronteira, era efetuado a expensas da administração militar, por numerosos almocreves provenientes das terras raianas. Os comboios formados por carretas puxadas por bestas, que carregados de víveres circulavam pelos caminhos da região, atingiam grande extensão, chegando, em algumas viagens, a ultrapassar o meio milhar de unidades²⁵.

Face à possibilidade de ataques do exército castelhano, os comboios de reabastecimento, eram integrados por significativo número de soldados de cavalaria, que se encarregavam da sua proteção. Além daqueles militares, outras companhias de cavalaria eram colocadas de vigilância nos pontos mais elevados dispostos ao longo do percurso.

A par destes cuidados existia bem próximo da linha fronteira, no mínimo desde Ouguela a Olivença, uma densa rede de “atalaias”, espécie de pequenas mas muito sólidas torres de pedra e alvenaria, erguidas em pontos dominantes do terreno, distribuídas de forma que de uma se pudesse avistar e corresponder com outras situadas nos campos ao redor. Sistema que apoiado em outras “atalaias”, existentes entre Vila Boim e Extremoz, permitia transmitir com rapidez, desde a raia com Castela, certas notícias a todo o Alentejo e, muito provavelmente, a Lisboa²⁶.

Esta rede de torres também serviu, durante a guerra, para nelas se instalarem “sentinelas de cavalo”, a partir das quais se vigiavam os territórios circunvizinhos e se defendiam os camponeses dos ataques de surpresa das tropas inimigas, enquanto procediam à tentativa de agricultar os campos, colher os frutos ou alimentar o gado.

Para tornar eficiente a comunicação de notícias das atalaias entre si e destas com os lugares acastelados, existia em 1642, um código de sinais sonoros que permitia não só informar da entrada do exército inimigo em Portugal, como descrever a composição das suas forças.

²⁵ *Ibidem*, a el-rei D. João IV e a el-rei D. Afonso VI, Volume II, (...), p. 120.

²⁶ VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras (...), O Terceiro anno da Recuperação (...)*, p. 11-12.

Assim, “entrando uma tropa disparassem um mosquete e em consequência tantos quantos tropas, e se infantaria disparassem alguns juntos, com que se ficava conhecendo o poder do inimigo. Com o primeiro sinal dos atalaias o mandava dar o General com duas peças do Castelo, para que a gente do campo e o gado se recolhesse às trincheiras, e tanto pode este costume, que já os animais conhecem o sinal, e com facilidade se recolhem”²⁷.

As entradas inimigas sob o escuro da noite em território português, eram particularmente perigosas. Para evitar o efeito da surpresa as praças de guerra comunicavam o facto usando como código sonoro o disparo de seis tiros consecutivos de artilharia²⁸.

Pode, em síntese, afirmar-se que os moradores e militares ao defenderem a vila, contribuíram para circunscrever o palco da guerra com Castela, a esta parte do território e, devido à longa duração do conflito, para o desgaste do exército inimigo, bem como pelos elevados gastos a que a sua manutenção implicava, para o enfraquecimento financeiro do Estado espanhol.

Em resultado do papel que lhe coube na defesa da independência de Portugal, a vila e os seus moradores foram fortemente penalizados.

Terminadas as hostilidades, a povoação apresentava-se significativamente alterada no seu tecido urbano e na sua configuração exterior. Várias das suas artérias e bairros mais periféricos tinham sido amputados e uma nova e extensa cortina amuralhada cercava-a por inteiro.

Habitações e edifícios agrícolas existentes em herdades, quintas, hortas e moinhos, que dispersos pelos campos tinham constituído lugar de residência e fonte de sustento de numerosas famílias, encontravam-se totalmente arruinados.

A generalidade das explorações agrícolas, cujos produtos tinham garantido, antes da guerra, não só a auto subsistência das gentes da terra, como fornecido excedentes, nomeadamente trigo e azeite, para outras regiões do país, estavam agora abandonadas.

²⁷ Ibidem, *O Segundo anno da Recuperação (...)*, p. 83.

²⁸ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João IV e a el-rei D. Afonso IV*, Volume II (...), p. 324.

Em consequência da guerra, os quantitativos da população diminuíram e a sua composição social modificou-se. Muitas famílias abandonaram a vila, estabelecendo-se em terras mais afastadas das zonas de perigo. Por sua vez, certos elementos dos exércitos aquartelados em Campo Maior, naturais de outros lugares, alguns dos quais estrangeiros, uniram-se por casamento com mulheres da vila, constituindo família e aqui fixando residência definitivamente.

A testemunhar a perda de população durante o conflito e a dificuldade em recuperar os quantitativos perdidos, a vila, que em 1635 albergava cerca de 5.400 pessoas, tinha quase quarenta anos após o termo das hostilidades, no ano 1703, perto de 3.800, isto é, menos 1.600 habitantes que cinco anos antes de início do conflito²⁹.

²⁹ COSTA, Padre António Carvalho: *Corografia Portuguesa*, (...) Tomo II, Capítulo VI, p. 549.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMADA, Victorino d': *Aniversários (...)* da cidade de Elvas, Editor-António José Torres de Carvalho, Elvas, 1915.
- AZEVEDO, Estevão da Gama de Moura e Azevedo: *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila de Campo Maior (...)*, Organização, introdução, biografia, transcrição e notas de Rui Rosado Vieira, Edição da Câmara Municipal de Campo Maior, 1993.
- Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el-rei D. João e a el-rei D. Afonso VI*, Publicadas e prefaciadas por Possidónio M. Laranjo Coelho, Volumes I, II, e III, Academia Portuguesa de História, Lisboa MCMXI.
- COSTA, Padre António Carvalho: *Corografia Portuguesa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes*, Lisboa, Ano MDCCVIII, Tomo II, Capítulo VI.
- ERICEIRA, Conde da: *História de Portugal Restaurado*, I Volume, Livraria Civilização-Editora, Lisboa.
- NOVAIS, António Gonçalves de: *Ralação do Bispado de Elvas, com um Memorial dos Senhores Bispos que o governaram*, Lisboa, Ano MDCXXXV.
- Relação das pessoas que foram presas nesta vila de Campo Maior e saíram penitenciadas pelo Santo Ofício de Évora, desde o ano de 1582 até o de 1593 (...)*, Biblioteca Municipal de Lisboa, Coleção dos Autos de Fé, Volume IV, Códice 169.
- VARELA, Aires: *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela e outros lugares do Alentejo, O (Primeiro, Segundo e Terceiro anos) da Recuperação de Portugal (...)*, (Obra em três volumes, relativa, respetivamente, aos anos de 1641, 1642 e 1643), Tipografia Progresso de António José Torres de Carvalho. Elvas, 1901.
- VIEIRA, Rui Rosado: *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço, Campo Maior, Elvas e Olivença (De inícios do século XVI a meados do século XVII)*, Edição Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

